

Diário do Legislativo de 04/03/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 5ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 2/3/2004

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.413 a 1.417/2004 - Requerimentos nºs 2.301 a 2.337/2004 - Requerimentos dos Deputados Pastor George (3), Leonardo Moreira (2), Leonardo Quintão, Paulo Piau, Rêmoló Aloise, Adalclever Lopes e outros, Roberto Carvalho e outros e da Deputada Marília Campos - Comunicações: Comunicações da Deputada Maria Olívia (2) e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau, Wanderley Ávila (2) e Ivair Nogueira - Oradores inscritos: Discursos dos Deputados Fábio Avelar, Padre João, Doutor Viana e Antônio Júlio e da Deputada Maria Tereza Lara - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos da Deputada Marília Campos e dos Deputados Leonardo Moreira (2), Leonardo Quintão, Pastor George (2), Rêmoló Aloise, Adalclever Lopes e outros, e Roberto Carvalho e outros; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Paulo Piau; aprovação - Requerimento nº 1.576/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 1.617/2003; aprovação com a Emenda nº 1 - Requerimentos nºs 1.622 e 1.664/2003; aprovação - Requerimento nº 1.682/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 1.683/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 318/2003; requerimento do Deputado Miguel Martini; deferimento; discursos dos Deputados Miguel Martini e Carlos Pimenta; questões de ordem; discurso do Deputado Chico Simões; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003; apresentação do Substitutivo nº 2; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com o substitutivo à Comissão de Administração Pública - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 801/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 961/2003; discurso da Deputada Maria Tereza Lara; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 223/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 935/2003; aprovação - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz -

Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermanno Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Doutor Viana, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão proferida relativa à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.939.

Do Sr. Carlos Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal, solicitando informações relativas ao alegado na petição cuja cópia encaminha, referentes à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.136.

Do Sr. Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Integração Nacional interino, informando da liberação de recursos referentes ao Convênio - MI nº 649/2002, que tem por objeto o abastecimento de água e instalações hidro-sanitárias em escolas públicas do Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando sua impossibilidade de participar da reunião solene de instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 16/2/2004.

Do Sr. Fernando Diniz, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.775/2003, da Deputada Ana Maria Resende.

Do Sr. Fuad Noman, Secretário da Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.790/2003, da Comissão Especial da Cafeicultura.

Do Sr. Luiz Roberto Nascimento Silva, Secretário da Cultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.783/2003, do Deputado Adalclever Lopes.

Da Sra. Fátima Couzi, Deputada à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, solicitando informações sobre a Frente Parlamentar Mineira de Acompanhamento das Negociações da ALCA.

Do Sr. Olavo Alves Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Florestal, comunicando que foi aprovado por essa Casa voto de congratulações formulado pela Vereadora Ambrosina Manoelita Vilela de Melo, tendo em vista a moralização do teto salarial dos servidores do Legislativo mineiro. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Sr. João Manoel dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, SP, encaminhando requerimento da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania em que manifesta pesar e indignação pelo bárbaro assassinato dos quatro fiscais do Ministério do Trabalho no Município de Unai. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Tarcísio Augusto Viana, Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, encaminhando o Informativo Financeiro dessa Câmara Municipal. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Pontes Júnior, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico, encaminhando ofício do Sr. Antônio Fernando de Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República em exercício.

Do Sr. Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Presidente da 3ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que essa Corte fixou prazo para que a PMMG promova a rescisão dos convênios firmados entre essa corporação e diversas entidades. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVII, do Regimento Interno.)

Do Sr. Vinicius Alcântara Galvão, Promotor de Justiça da Comarca de Taiobeiras, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 1.951/2003, da Comissão de Segurança Pública.

Dos Srs. Paulo Roberto Velloso e Regina da Conceição Pereira, respectivamente Coordenador Local e Coordenadora Regional da Defensoria Pública de Juiz de Fora, encaminhando informações relativas ao funcionamento da referida entidade. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Sargento Eustáquio, Vereador à Câmara Municipal de Unai, encaminhando cópia do manifesto "Unai exige a verdade e o respeito a seu povo". (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Ilton Campos, Vereador à Câmara Municipal de Unai, solicitando à Casa sua colaboração para a apuração de fatos envolvendo a Barragem Cachoeira do Queimado, construída no Povoado de Palmital, no Município de Unai. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. João Vicente Diniz, Delegado Federal de Agricultura em Minas Gerais, informando à Casa da celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura e o Instituto Mineiro de Agropecuária. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Da Sra. Maria da Conceição Barros Rezende, Diretora da Superintendência Central de Contadoria-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, em atenção ao Requerimento nº 1.845/2003, da Comissão de Participação Popular, prestando informações sobre os demonstrativos publicados ou divulgados pelo referido órgão.

Da Sra. Cida Gonçalves, Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro da Agricultura, em atenção ao Requerimento nº 1.412/2003, da Deputada Ana Maria Resende, prestando informações referentes ao assunto objeto do referido requerimento.

Do Sr. Antônio José Gonçalves Henriques, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (2), encaminhando cópia de planilhas referentes à transferência de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social do Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Henrique Pain Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, comunicando a liberação de recursos para a Secretaria da Educação. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Hermes Ricardo Matias de Paula, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, comunicando a liberação de recursos para a Secretaria da Educação. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Da Sra. Mágüida Miranda Staropoli, Presidente da Federação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública de Minas Gerais - FECONSEP-MG -, agradecendo a presença do Deputado Adelmo Carneiro Leão como representante da Assembléia Legislativa no 1º Seminário Estadual dos CONSEPs e encaminhando o estatuto e a ata de fundação e posse da diretoria da entidade.

Do Sr. Reinaldo Landulfo Teixeira, Coordenador do Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência de Minas Gerais - CGE-MG -, informando a respeito da publicação no "Diário Oficial da União", de 13/2/2004, da Resolução nº 8, de 12/2/2004, do Conselho Federal de Defesa Civil, que institui a constituição do Comitê. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Juarez Moreira Lessa, Superintendente Regional do Leste da INFRAERO, em atenção a requerimento da Comissão Especial dos Aeroportos encaminhado pelo Ofício nº 3.642/2003/SGM, prestando esclarecimentos sobre obra de adequação e modernização do Aeroporto de Belo Horizonte.

Do Sr. Marcos Martins de Oliveira, do Município de Dom Bosco, encaminhando, em nome da sociedade civil dessa localidade, o relatório do "Encontro sobre Violência", realizado no município em 30/1/2004. (- À Comissão de Segurança Pública.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.413/2004

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Localidade de Morrinhos, com sede no Município de Lagamar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Localidade de Morrinhos, com sede no Município de Lagamar.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de março de 2004.

Antônio Andrade

Justificação: A Associação dos Produtores Rurais da Localidade de Morrinhos é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos. Tem por finalidade, entre outras, proteger a saúde da família, a maternidade, a infância e a velhice, combater a fome e a pobreza, integrar seus beneficiários ao mercado de trabalho e desenvolver atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão do noroeste de Minas Gerais. Declarada de utilidade pública municipal em 1998, a entidade é de extrema importância para a comunidade, não apenas de Lagamar, mas de toda a região.

Em razão disso, contamos com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art.

103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI nº 1.414/2004

Declara de utilidade pública a Associação Projeto de Deus, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto de Deus, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2004.

Cecília Ferramenta

Justificação: A Associação Projeto de Deus, de natureza filantrópica, tem como objetivo criar, manter e dirigir cursos teológicos, profissionalizantes, de aperfeiçoamento, de idiomas e de extensão cultural e tem como objetivo promover o desenvolvimento educacional, social e cultural dos seus associados, a assistência médica, hospitalar e odontológica, propiciando a melhoria na qualidade de vida das pessoas agregadas. Por isso, julgamos mais que procedente o título declaratório de utilidade pública, pois, de fato, a entidade exerce esse papel.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.415/2004

Altera dispositivo da Lei nº 7.772 de 8/9/80, que dispõe sobre a proteção, a conservação e a melhoria do meio ambiente no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Acrescente-se ao art. 8º da Lei nº 7.772, de 8/9/80, que dispõe sobre a proteção, a conservação e a melhoria do meio ambiente no Estado de Minas Gerais, o seguinte § 3º:

"Art. 8º -

§ 3º - Decorrido o prazo regulamentar e não havendo a aprovação ou o indeferimento justificado do pedido de licenciamento, a autoridade competente concederá a licença "ad referendum", podendo ser responsabilizada, não sendo a licença concedida, cabendo ao interessado:

a) desobrigar-se do pagamento das taxas referentes ao licenciamento, cabendo, mediante requerimento junto ao órgão competente, requerer a devolução do valor das taxas já pagas, sendo a devolução efetuada no prazo máximo de trinta dias contados da data de protocolo do requerimento;

b) iniciar a atividade objeto do requerimento de licenciamento, desde que sejam cumpridas as demais exigências previstas nesta lei."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de março de 2004.

Jayro Lessa

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo alterar o art. 8º da Lei nº 7.772, de 8/9/80, acrescentando o § 3º.

O art. 11 do Decreto nº 39.424, de 5/2/2004, que altera e consolida o Decreto nº 21.228, de 10/3/81, que regulamenta a Lei nº 7.772, de 8/9/80, que dispõe sobre a proteção, a conservação e a melhoria do meio ambiente no Estado de Minas Gerais, estabelece que o prazo para concessão das licenças prévias, de instalação e de operação, será de até seis meses, ressalvados os casos em que houver a necessidade de apresentação de estudo de impacto ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - ou a realização de audiência pública, quando o prazo passará a ser de doze meses contados, em qualquer hipótese, do protocolo do requerimento de licenciamento. O prazo estabelecido no "caput" do referido artigo será suspenso durante a elaboração dos estudos ambientais complementares, o que eleva o prazo para concessão da licença.

Apresentamos esta proposição com o objetivo de prever a concessão da licença ambiental, em virtude da inércia do órgão competente, pela autoridade ambiental.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares nesta Casa Legislativa para aprovarmos esta importante proposição de lei, que muito trará para o Estado de Minas Gerais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.416/2004

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Capela Nova e Região - ACMCNR -, com sede no Município de Capela Nova - MG.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Capela Nova e Região - ACMCNR -, com sede no Município de Capela Nova.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de fevereiro de 2004.

Padre João

Justificação: A Associação Comunitária dos Moradores de Capela Nova e Região é entidade beneficente, sem fins lucrativos, fundada em 27/9/98. Tem por finalidade promover o combate à fome e à pobreza, a divulgação e o apoio à cultura e ao esporte, melhorias urbanas e rurais. Promove a preservação do meio ambiente, a criação de hortas comunitárias, a construção e a reforma de habitações, a proteção da saúde da família e, ainda, a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência física.

O processo que objetiva o título declaratório de utilidade pública encontra-se legalmente amparado na obediência às exigências contidas na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, espero contar com apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.417/2004

Declara de utilidade pública o Abrigo Frei Pio da Sociedade de São Vicente de Paulo de Arinos, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Abrigo Frei Pio da Sociedade de São Vicente de Paulo de Arinos, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2004.

Padre João

Justificação: Associação beneficente, sem fins lucrativos, fundada em 8/9/90, o referido Abrigo tem por finalidade prestar serviço de amparo ao idoso e ao deficiente dos Municípios de Arinos, Formoso e Uruçuia, através de assistência médica e odontológica, alimentação, vestuário e lazer. Esta assistência se faz necessária, pois os internos não possuem parentes e, quando os têm, estes não têm condições para cuidarem de seus entes.

O processo objetivando a declaração de utilidade pública encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, espero contar com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.301/2004, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado com vistas à criação de um Batalhão dessa corporação nos Municípios de Pirapora e Januária. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.302/2004, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Secretaria da Saúde pela implantação do Comitê de Defesa da Vida do Programa Viva Vida. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 2.303/2004, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das Velhas pela comemoração de seus 26 anos de fundação. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.304/2004, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja encaminhado ofício ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedindo os documentos que menciona. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.305/2004, do Deputado João Bittar, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado com vistas à indicação de um Juiz titular para a Comarca de Monte Alegre de Minas. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.306/2004, do Deputado João Bittar, solicitando seja formulado apelo ao Chefe da Polícia Civil com vistas a que seja designado um Delegado de Polícia para o Município de Monte Alegre de Minas.

Nº 2.307/2004, da Deputada Jô Moraes, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Comandante-Geral da PMMG por designar a primeira mulher para assumir o comando de um batalhão da corporação no Estado. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.308/2004, do Deputado Laudelino Augusto, solicitando sejam enviados aos Secretários de Transportes e Obras Públicas e de Defesa Social pedidos das informações que menciona sobre a construção de uma nova unidade do CERESP na Região Metropolitana de Belo Horizonte. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.309/2004, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Ten.-Cel. PM Luciene Magalhães de Albuquerque por sua posse como Comandante do 34º Batalhão da PMMG. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Deputada Jô Moraes. Anexe-se ao Requerimento nº 2.307/2004, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 2.310/2004, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Sra. Vanessa Guimarães Pinto pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria da Educação.

Nº 2.311/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Emília Rocha Mello pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Nº 2.312/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Olavo Bilac Pinto Neto pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Nº 2.313/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Wilson Nélio Brumer pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Nº 2.314/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Lúcio Urbano da Silva Martins pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Defesa Social.

Nº 2.315/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com Odelmo Leão Carneiro Sobrinho pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Agricultura.

Nº 2.316/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com Luiz Roberto Nascimento Silva pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria da Cultura. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.317/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário do Turismo com vistas à elaboração de políticas públicas de fomento ao turismo no pico do Ibituruna. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 2.318/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Nº 2.319/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Fuad Jorge Noman Filho pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria da Fazenda.

Nº 2.320/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Leite da Silva Neto pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes.

Nº 2.321/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com José Carlos Carvalho pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Meio Ambiente.

Nº 2.322/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria da Saúde.

Nº 2.323/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcelo Jerônimo Gonçalves pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária.

Nº 2.324/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Sra. Elbe Figueiredo Brandão Santiago pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas.

Nº 2.325/2002, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Agostinho Patrús pelo excelente trabalho realizado no primeiro ano à frente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.326/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça com vistas a que se providencie a construção ou a adaptação de acesso para pessoas portadoras de deficiência física ou com dificuldades de locomoção nas dependências de todos os fóruns do Estado. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 2.327/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG para que seja criada uma Companhia de Polícia Militar exclusivamente para ações preventivas e ostensivas na zona rural da região de Uberlândia. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.328/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Agricultura e ao Presidente do IMA com vistas à implantação do Programa de Certificação de Origem e Qualidade do Café - CERTICAFÉ -, em todas as regiões produtoras e

nos segmentos de industrialização e comercialização do café. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 2.329/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Agricultura e ao Presidente do IMA com vistas a que prestem informações sobre a revitalização do CERTICAFÉ. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.330/2004, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do COPAM com vistas à sustação de qualquer concessão de licença relativa à exploração mineral no Município de Capão Xavier até a realização de audiência pública para discutir o tema.

Nº 2.331/2004, da Comissão de Direitos Humanos, pleiteando seja solicitada ao Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos a apuração da denúncia de que um repórter da Rádio Itatiaia teria dito, durante uma transmissão esportiva, que "bandido bom é bandido morto".

Nº 2.332/2004, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja notificada ao Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça fraude ocorrida no Cartório do 3º Ofício de Notas da Comarca de Sete Lagoas.

Nº 2.333/2004, da Comissão de Turismo, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do Instituto Estrada Real com vistas à inclusão do Município de Campanha no Programa Estrada Real.

Nº 2.334/2004, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja adotado o modelo das APACs nas penitenciárias a serem implantadas pelo Estado; a que sejam ouvidas as autoridades municipais e os representantes da sociedade civil quanto à localização das unidades prisionais; e a que sejam estabelecidas parcerias com instituições de ensino superior do Estado para implantação de projetos de reeducação dos detentos.

Nº 2.335/2004, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado voto de congratulações com Jonatan Gonçalves de Azevedo pela conquista do 1º lugar no Campeonato Brasileiro de Motocross Freestyle.

Nº 2.336/2004, da Comissão de Segurança Pública, pleiteando seja solicitada ao Subsecretário de Administração Penitenciária da Secretaria de Defesa Social a transferência do detento Juliano Balbino Fernandes da cadeia pública de Alpinópolis para a Penitenciária Nelson Hungria.

Nº 2.337/2004, da Comissão de Segurança Pública, pleiteando seja solicitado ao Comandante do 33º Batalhão de Polícia Militar o reforço do policiamento na Colônia Santa Isabel.

Do Deputado Pastor George, solicitando seja alterado seu nome parlamentar para George Hilton. (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Pastor George (2), Leonardo Moreira (2), Leonardo Quintão, Paulo Piau, Rêmolo Aloise, Adalclever Lopes e outros, Roberto Carvalho e outros e da Deputada Marília Campos.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Deputada Maria Olívia (2) e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau, Wanderley Ávila (2) e Ivair Nogueira.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Fábio Avelar, Padre João, Doutor Viana e Antônio Júlio e a Deputada Maria Tereza Lara proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do §2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Requerimento nº 2.274/2004 ao Requerimento nº 2.273/2004, ambos do Deputado Célio Moreira, por guardarem semelhança.

Mesa da Assembléia, 2 de março de 2004.

Rêmolo Aloise, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.330/2004, da Comissão de Meio Ambiente, 2.331 e 2.332/2004, da Comissão de Direitos Humanos, 2.333/2004, da Comissão de Turismo, 2.334 e 2.335/2004, da Comissão de Educação, e 2.336 e 2.337/2004, da Comissão de Segurança Pública. Publiquem-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação hoje apresentada pelo Deputado Deputado Ivair Nogueira, informando sua indicação como Líder do PMDB e indicando o Deputado Chico Rafael para Vice-Líder da referida bancada. Ciente. Às Comissões e cópia às Lideranças.

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VII do art. 232 c/c o art. 140 do Regimento Interno, requerimentos da Deputada Marília Campos, solicitando que o Projeto de Lei nº 1.201/2003 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; dos Deputados Leonardo Moreira (2), solicitando que os Projetos de Lei nºs 1.093 e 1.139/2003 sejam encaminhados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; Leonardo Quintão, solicitando que o Projeto de Lei nº 985/2003 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Pastor George (2), solicitando a inclusão em ordem do dia dos Projetos de Lei nºs 225 e 987/2003; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Rêmoló Aloise, Adalclever Lopes e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o empresário Abílio Gontijo, Diretor-Presidente da Viação Gontijo Ltda., e Roberto Carvalho e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Revmo. Sr. Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, pelos relevantes serviços prestados ao Estado e ao País.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Paulo Piau, solicitando que o Projeto de Lei nº 272/2003 seja distribuído, em 2º turno, à Comissão de Educação. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 1.576/2003, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Secretário de Obras Públicas a elaboração e o encaminhamento a essa Comissão de laudo técnico relativo às condições do prédio do CERESP, de Juiz de Fora, tratando, especialmente, de sua estrutura física e da sua segurança. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, em que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.576/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.617/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Chefe da Polícia Civil do Estado informações sobre o número e o nome dos servidores que se encontram à disposição da Polícia Civil em todo o Estado e, em especial, na Delegacia de Igarapé. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.617/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.622/2003, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG cópia do relatório elaborado pelo Ministério da Fazenda, a pedido do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre as obras da BR-381 e informação sobre os aditamentos feitos nos contratos para o projeto, construção e fiscalização das referidas obras. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.664/2003, da Comissão de Saúde, em que solicita ao Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria da Saúde informações sobre providências tomadas por essa Secretaria quanto ao fornecimento de medicamentos aos portadores das doenças de Crohn e retocolite ulcerativa. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.682/2003, da Comissão de Educação, em que solicita aos Diretores das Superintendências Regionais de Ensino da Secretaria da Educação informações acerca das obras de reforma e ampliação em andamento na rede estadual de ensino público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.682/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.683/2003, da Comissão de Saúde, em que solicita ao Secretário da Saúde informações sobre o pagamento de valores inscritos em "Restos a Pagar" referentes ao exercício de 2002, bem como sobre o pagamento de valores da execução orçamentária do exercício corrente. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.683/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 318/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/98, que dispõe sobre o tempo de funcionamento de sociedade civil, associação ou fundação para a declaração de utilidade pública estadual. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 2 e da Emenda nº 1. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a retirada de tramitação do Substitutivo nº 2. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno.

- Os Deputados Miguel Martini e Carlos Pimenta proferem discursos para encaminhar a votação, os quais serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado André Quintão - O Bloco PT-PCdoB concorda com o conteúdo do projeto de lei original apresentado pelo Deputado Leonardo Quintão. É também o entendimento do próprio Conselho Estadual de Assistência Social. O prazo de um ano é suficiente para, desde que seja feita uma análise séria, verificar se existe fundamento social, uma organização séria, honesta e idônea que realiza um bom serviço de assistência social em prol da comunidade.

A Comissão de Administração Pública apresentou o Substitutivo nº 1, que aperfeiçoa o projeto do Deputado Leonardo Quintão, colocando o próprio Conselho de Assistência Social como uma das autoridades para fornecer o atestado de funcionamento, a declaração de pessoas idôneas e as demais documentações exigidas. O Substitutivo nº 1 é muito interessante. O Substitutivo nº 2, do Deputado Miguel Martini, possui inteira razão do ponto de vista de legitimidade, autoridade e seriedade desta Casa.

Não há nenhuma dúvida de que o Deputado poderia apresentar também, assim como um Presidente de Câmara e um Juiz de Paz; entretanto, como o próprio Deputado Miguel Martini disse, há uma questão que nos impede de agir dessa forma, do ponto de vista do exercício de nossas prerrogativas: esta Casa analisa a documentação, em parecer conclusivo da Comissão do Trabalho, para a concessão do título declaratório de utilidade pública, e o procedimento poderia constar de Deputado da Comissão do Trabalho, que poderia analisar uma documentação que ele próprio teria elaborado. Por isso cumprimento o Deputado Miguel Martini, que retirou o Substitutivo nº 2, valorizando o papel de fiscalização do Poder Legislativo. Espero que o mesmo ocorra com o Deputado Célio Moreira, pois sua emenda estende a possibilidade de o atestado ser fornecido pelo Deputado e pelo Secretário de Estado. Ai, o erro continuará, porque o Governo Estadual, por decreto, pode conceder esse título declaratório. Assim, o Secretário da área, no caso o de Desenvolvimento Social e Esportes, poderia ele mesmo dar o atestado e analisá-lo, como ocorreria com o Deputado.

O Bloco PT-PCdoB comunicou ao Deputado Leonardo Quintão que não fará nenhuma obstrução, pois o conteúdo do projeto é positivo: a redução do prazo de 12 meses. Se houver a retirada da emenda por parte do Deputado Célio Moreira, ainda hoje votaremos o Substitutivo nº 1. Com isso, ganharíamos as entidades sociais de Minas Gerais, que, com um ano de funcionamento, poderiam ter seu belo trabalho reconhecido e estariam aptas a receber o recurso público.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, uma vez que o Substitutivo nº 2 saiu, devemos votar o Substitutivo nº 1 e as emendas feitas ao Substitutivo nº 2, apresentadas pelo Deputado Célio Moreira.

Conversei com ele, por telefone. O Deputado está na Secretaria e não poderá retirar essas emendas, como é sua intenção. Ele concordou com nossa argumentação para aprovarmos somente o Substitutivo nº 1. Sua emenda deve ser rejeitada, pois está convencido de que não é o melhor. Pediu-me que comunicasse a este Plenário que, se sua emenda for rejeitada, isso não causará prejuízo ao que ele quer com relação à ética e à moralidade.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Chico Simões.

- O Deputado Chico Simões profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 318/2003 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 87/2003

Altera a Lei nº 13.495, de 5 de abril de 2000, que institui o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais, e concede a jurados direito a diária.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O §1º do art. 2º da Lei nº 13.495, de 5 de abril de 2000, fica acrescido do seguinte inciso:

"Art. 2º -

§ 1º -

III - ao jurado que participe de tribunal do júri no Estado, bem como a seus familiares, mediante solicitação do interessado ou determinação do Juiz responsável pelo júri."

Art. 2º - O jurado faz jus a diária para acorrer a despesas com transporte e alimentação, nos termos do regulamento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de março de 2004.

Célio Moreira

Justificação: O exercício da função de jurado constitui um dever cívico e não pode ser remunerado; mas isso não quer dizer que o jurado tenha de assumir pessoalmente os dispêndios com o exercício de sua função. Na justiça eleitoral, o mesários já recebem um vale-alimentação.

Entendo que o Estado deve conceder ao jurado uma diária para que ele possa deslocar-se e alimentar-se condignamente enquanto estiver à disposição do tribunal do júri. O valor da diária será definido em regulamento e espera-se que seja um valor proporcional à honorabilidade da função. Não podem ser opostas questões orçamentárias porque o orçamento do Judiciário será muito beneficiado com a aprovação do projeto de lei que eleva as custas judiciais.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do Deputado Célio Moreira, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o projeto com o substitutivo à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 801/2003, do Deputado Biel Rocha, que estabelece a Política Estadual de Qualidade Ambiental, Ocupacional e de Proteção da Saúde do Trabalhador. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão do Trabalho. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 801/2003 na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 961/2003, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre o Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define políticas e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, a Deputada Maria Tereza Lara.

- A Deputada Maria Tereza Lara profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 961/2003 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 223/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que acrescenta parágrafos ao art. 3º da Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 223/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 935/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Piau de Souza Filho os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 3, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 2/3/2004.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL Na 2ª sessão legislativa ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 17/2/2004

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Marília Campos e Biel Rocha (substituindo este ao Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, e Marcelo Correia de Moura Baptista, Coordenador-Geral do SINDIELETRÔ, publicados, respectivamente, no "Diário do Legislativo" de 6/12/2003 e de 7/2/2004; e do Sr. Vitor Fernando de Andrade, Presidente da UTRAMIG, encaminhando contas do exercício de 2002 dos recursos repassados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes por meio do Fundo da Infância e da Adolescência - FIA à Fundação por intermédio do Convênio nº 1/97. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.252 e 1.231/2003 (Deputado André Quintão); 1.233 e 1.251/2003 (Deputado Elmiro Nascimento); 1.230, 1.241 e 1.272/2003 (Deputada Marília Campos); 1.232/2003 (Deputado Alencar da Silveira Júnior), e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.234/2003. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 947, 1.057, 1.189, 1.196/2003 (relatora: Deputada Marília Campos); 1.178/2003 (relator: Deputado Elmiro Nascimento); 969, 1.198, 1.181/2003 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Alberto Bejani); 1.192/2003 (relator: Deputado André Quintão). Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Marília Campos, em que solicitam seja realizada reunião conjunta da Comissão de Segurança Pública e desta Comissão para, em audiência pública, discutir as condições de trabalho dos fiscais do Ministério do Trabalho no vale do Jequitinhonha e para debater os fatos e as circunstâncias que resultaram no assassinato, no Município de Unaí, de quatro servidores do Ministério do Trabalho lotados em Minas Gerais; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja o Sr. Sebastião Costa, Diretor de Comercialização e Articulação Regional do SEBRAE-MG, convidado a expor as ações dessa entidade em favor da geração de empregos; Célio Moreira, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o Estatuto do Idoso. O Deputado Alberto Bejani transfere a Presidência à Deputada Marília Campos e apresenta requerimento em que solicita seja o Diretor-Geral da Loteria Mineira convidado a participar de reunião da Comissão e seja pedida a ele cópia do contrato com a empresa GTech do Brasil. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Reassumindo a Presidência, o Presidente, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2004.

Alberto Bejani, Presidente - André Quintão - Marília Campos - Gustavo Valadares - Carlos Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 17/2/2004

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Adalclever Lopes, Laudelino Augusto e Sidinho do Ferrotaco,

membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sidinho do Ferrotaco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Manoel Otoni Neiva, Presidente da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina, publicado no "Diário do Legislativo" de 24/1/2004. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 175/2003, no 2º turno, para cuja relatoria designou o Deputado Gil Pereira. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 175/2003 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Sidinho do Ferrotaco, em virtude de redistribuição); e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.170/2003 (relator: Deputado Laudelino Augusto). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.024/2003 (relator: Deputado Laudelino Augusto), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.105, 2.138 e 2.139/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Biel Rocha, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a implementação de obras essenciais para o desenvolvimento econômico de Juiz de Fora; Doutor Viana, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a implementação do projeto de duplicação do Viaduto Vila Rica; Célio Moreira, em que solicita seja realizada visita ao Viaduto Vila Rica, juntamente com os Prefeitos Municipais da AMALPA, para verificar as obras que estão sendo realizadas e traçar estratégias que possibilitem a execução de obras definitivas; e Domingos Sávio, em que solicita seja realizada audiência pública em Cláudio, para discutir e encontrar mecanismos que viabilizem a construção de rodovia ligando Divinópolis à BR-381 e passando por aquele município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 18/2/2004, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2004.

Célio Moreira, Presidente - Djalma Diniz - Laudelino Augusto.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA da 15ª Legislatura, em 17/2/2004

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Cesar e Olinto Godinho e a Deputada Cecília Ferramenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Sebastião Francisco Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Vazante, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 1.232, de 7/10/2003; do Sr. Tarcísio Augusto Viana, Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, encaminhando os informativos financeiros dos meses de outubro e novembro de 2003; do Sr. João Cândido da Silva Neto, pré-candidato ao cargo de Vereador de Bueno Brandão, solicitando informações sobre o trabalho desta Comissão e o seu relacionamento com os municípios; e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM -, encaminhando o relatório de atividades de 2002 desse Instituto; e a revista de Administração Municipal de janeiro de 2004. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.099, 2.101, 2.107, 2.108, 2.130, 2.131, 2.145 e 2.146/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2004.

João Bittar, Presidente - Cecília Ferramenta - Olinto Godinho.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 2ª sessão legislativa da 15ª legislatura, em 17/2/2004

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gil Pereira, Padre João, Doutor Viana e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 25/2003, do Sr. Adalberto Carlos Bronzoni, Coordenador de Vendas Varejo da Telemar, publicado no "Diário do Legislativo" de 18/12/2003; 219/2003, da Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinário para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas, publicado no "Diário do Legislativo" de 17/1/2004; 4/2004, do Sr. Wilson Luiz da Silva, Presidente da FETAEMG, e 6/2004, da Sra. Marilza Geralda do Nascimento, Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, publicados no "Diário do Legislativo" de 7/2/2004; 234/2004, do Deputado Gil Pereira, que encaminha atas de reuniões da Câmara Técnica de Seguro e Crédito Rural da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ofício do Sr. Luiz Cláudio Peixoto Curi, Presidente da Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade, publicado no "Diário do Legislativo" de 14/2/2004, e ofício do Sr. José Carlos Vaz, Diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, que responde a solicitação desta Casa sobre alteração do procedimento de garantia dos financiamentos à cafeicultura mineira. O Presidente acusa o recebimento da Mensagem nº 177/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre processos de legitimação de terras devolutas rurais e urbanas, para a qual designou relator, em turno único, o Deputado Luiz Humberto Carneiro. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Gil Pereira, que conclui pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1.214/2003, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Padre João. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Gil Pereira, em que solicita a realização de reunião da Comissão para debater a possibilidade de alterar a legislação tributária deste Estado, visando a dispensar ao milho o mesmo tratamento tributário da soja, no que diz respeito à saída do produto do estabelecimento do produtor rural com destino à industrialização, à comercialização ou à exportação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2004.

Padre João, Presidente - Luiz Humberto Carneiro - Doutor Viana - Márcio Passos.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária DA Comissão de Direitos Humanos na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ordinária DA 15ª LEGISLATURA, em 18/2/2004

Às 9h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos, Biel Rocha e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Ana Maria Resende. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Francisco Eustáquio Rabello, Corregedor-Geral de Polícia; José Karam, Superintendente de Segurança e Movimentação Penitenciária da Subsecretaria de Administração Penitenciária da Secretaria da Polícia Civil, publicados no "Diário do Legislativo" de 17/1/2004; Joaquim José Miranda Júnior, Promotor de Justiça e Coordenador

da 12ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte, publicado no "Diário do Legislativo" de 24/1/2004; André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado - CAO - CRIMO do Ministério Público do Estado, encaminhando informações provenientes da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher; Antônio Marcos Pereira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil - SINDPOL - do Estado, solicitando cópia das notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária desta Comissão; João Bosco da Silva, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Ouro Preto, encaminhando cópia de relação de nomes de adolescentes agredidos por policial no Distrito de Amarantina e solicitando sejam tomadas as devidas providências; Maria Lúcia Guedes Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Contagem, informando que foi aprovada a moção em que manifesta congratulações a esta Comissão e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos pelo Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Mário Mamede, Secretário Adjunto de Direitos Humanos, encaminhando o Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil; Marlene Libardoni, Diretora Executiva da Equipe Agende-Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, comunicando sobre o ato simbólico de encerramento da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero de 2003, ocorrido em Brasília; Vanda Sarmento de Matos, Promotora de Justiça de Juiz de Fora, encaminhando documentação oriunda da direção do CERESP local sobre a situação em que se encontram os presos ali recolhidos; Ângelo Marcos Monteiro, Titular da Delegacia de Polícia da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio - DI -, solicitando sejam tomadas providências para melhoria da situação desse estabelecimento prisional; William Lima de Freitas, encaminhando cópia de representação protocolizada junto ao representante do Ministério Público da Comarca de Manhuaçu, denunciando os desmandos que vêm ocorrendo no âmbito da política pública de defesa dos direitos da criança e do adolescente e solicitando sejam tomadas as devidas providências; José Silva Júnior, encaminhando denúncias contra a administração do Município de Coronel Xavier Chaves e solicitando sejam tomadas as providências cabíveis; João Cândido da Silva Neto, de Bueno Brandão, solicitando exemplares da Constituição do Estado e dos Estatutos do Idoso e da Criança e do Adolescente; Hélio Francisco Matias, de Estiva, solicitando a transferência do seu processo criminal para o Fórum de Ervália; Mário Lúcio da Silva e Antônio Lima Santana, detentos, respectivamente, das Penitenciárias José Edson, em Juiz de Fora, e José Francisco Floriano de Paula, em Governador Valadares, pedindo que a Comissão analise seus processos criminais; Antônio Aparecido da Silva, de Belo Horizonte, solicitando sejam tomadas providências com relação ao combate à tortura e aos maus-tratos praticados nos presídios; da Ouvidoria da Polícia, encaminhando convite para a Conferência Controle Externo: Os Desafios para a Construção de uma Polícia Cidadã. Comunica, ainda, o recebimento do "Informativo do Mandato Coletivo Vereadora Neila Batista Socialista e Democrático" e de um exemplar do "Jornal do Psicólogo". O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 2º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 223/2003 (Deputado Biel Rocha); 191 e 272/2003 (Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 223/2003 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Biel Rocha); do Projeto de Lei nº 272/2003 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.195/2003 (relator: Deputado Biel Rocha) que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Biel Rocha, em que solicita seja apurada denúncia contra repórter da Rádio Itatiaia que teria dito que bandido bom é bandido morto; Durval Ângelo (4), em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para debater a ocorrência de casos de homicídio no Município de Montes Claros; seja realizada audiência pública desta Comissão para debater o método adotado pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs - e a possível parceria dessas entidades com o Estado; seja encaminhado ofício ao Corregedor-Geral de Justiça dando-lhe ciência da fraude ocorrida no Cartório do 3º Ofício de Notas de Sete Lagoas e solicitando-lhe as providências cabíveis; e seja encaminhada ao Presidente da Comissão de Ética da OAB-MG cópia da documentação entregue a esta Comissão pelo Sr. Sebastião José de Oliveira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2004.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Biel Rocha - Mauro Lobo - Gilberto Abramo.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, em 4/3/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.848/2003, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável cópia do convênio celebrado entre o IEF e a CENIBRA para o desenvolvimento do Programa de Fomento Florestal, bem como informações sobre a doação de veículos da CENIBRA para o IEF. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.901/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Presidente do BDMG o envio a esta Casa da relação dos fundos sob sua gestão, indicando o objetivo de cada um, o volume financiado nos últimos 5 anos e o saldo existente. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.126/2003, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a exploração econômica do turismo nas regiões de represas e lagos artificiais localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3 da Comissão de Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 4, da Comissão de Turismo.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.223/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.224/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana dos Montes o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 89/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria da Educação e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 4/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.266/2003, do Deputado Gilberto Abramo; 635/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 1.061/2003, do Deputado Chico Simões; 1.253 e 1.267/2003, do Deputado Gilberto Abramo; 1.271/2003, do Deputado João Bittar; 1.297/2003, do Deputado André Quintão; Projeto de Lei Complementar nº 46/2003, da Deputada Marília Campos.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.302/2003, da Deputada Jô Moraes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.268 e 1.269/2003, do Deputado Rogério Correia; 1.291/2003, do Governador do Estado; 1.296/2003, do Deputado Neider Moreira; 1.298/2003, do Deputado Padre João; 1.301/2003, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.308/2003, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 4/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Biel Rocha, Gilberto Abramo e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada às 9 horas do dia 4/3/2004, no Auditório, com a finalidade de se debater, em audiência pública, a operação da Polícia Militar na Rodovia-MG 10, no dia 25/2/2004, em Vespasiano, que resultou na morte da Sra. Ana Paula Nápolis da Silva e em ferimentos do Sr. Tarcísio Celso de Castro.

Sala das Comissões, 3 de março de 2004.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Biel Rocha, Célio Moreira, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/3/2004, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único das Representações nºs 2/2003, da Procuradoria-Geral de Justiça, e 4/2003, do Deputado Irani Barbosa; dos relatores, Deputados Biel Rocha e Célio Moreira, respectivamente, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de março de 2004.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, José Milton e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/3/2004, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de março de 2004.

Maria José Hauelsen, Presidente.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 2/3/2004, as seguintes comunicações:

Da Deputada Maria Olívia (2), dando ciência à Casa do falecimento da Sra. Maria Victória Couto Recorder, ocorrido em 20/2/2004, em Belo Horizonte, e do Sr. Robson Braga, ocorrido em 20/2/2004, em Divinópolis. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Wanderley Ávila (2), dando ciência à Casa do falecimento da Sra. Ivone José Celestino, ocorrido em 10/2/2004, em Belo Horizonte, e do Sr. Antônio Sebastião Fernandes Carneiro, ocorrido em 23/2/2004, em Pirapora. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Paulo Piau, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. José Gomes Alves e da Sra. Maria Cristina Simão Gomes, em 21/2/2004. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Edivino Maurílio Cunha, ocorrido em 21/2/2004, em Jacutinga. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/2/04, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando Elias Heringer do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Bittar

nomeando Leonilda Tavares Gama para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Laudelino Augusto

exonerando, a partir de 3/3/04, Ana Paula Passos Carvalhais Pereira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando Lucia Helena Apolinária da Silva do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Janaina de Cassia Alves Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Lucia Helena Apolinária da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2004

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 17/3/2004, às 10 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de empresa para a prestação de serviços de controle e extermínio de pragas urbanas.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALEMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser adquirido mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio de gravação em disquete, que deverá ser levado pelo licitante.

Belo Horizonte, 3 de março de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Primeiro conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Objeto: estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações da polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/2/2004. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 33903900.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Aeromatos Veículos Ltda. Objeto: transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de três motocicletas equipadas com baú. Objeto deste aditamento: quarta prorrogação. Vigência: um ano, a partir de 1º/3/2004. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 33903900.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Nova Serrana. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Conceição do Mato Dentro. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Araguari. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.